

Contacto

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde - Periodicidade: Quadrimestral - Maio de 2006 - Nº 1

ensino	David Ribeiro Lamas, Sónia Sousa	<i>Sistemas de Gestão de Aprendizagem: o seminário de Educação a Distância no Formare</i>	5	
	Maria Teresa Miranda	<i>Eu falo na tua língua, mas entendo-te na minha</i>	19	
	Mário Silva	<i>O ensino do Direito em Cabo Verde – nota breve</i>	29	
	Alexandra Mónica Pinto Lamas	<i>A administração pública e os novos paradigmas – O impulso para a mudança</i>	33	
	Włodzimierz Józef Szymaniak	<i>Programas de pós-graduação</i>	39	
	Ariana Lima Rego	<i>Estágio curricular – natureza e funções</i>	43	
	Euclides Manuel Lopes Furtado	<i>Centro de Aprendizagem – Um trabalho monográfico de bacharelato</i>	47	
	Estela P. Ribeiro Lamas, Jorge M. Sousa Brito, Daniel H. G. da Costa	<i>Aprender a investigar – Seminário complementar do 1º ano</i>	55	
	investigação	Sónia Sousa, David Lamas	<i>A confiança e o desempenho dos alunos em aulas a distância pela Internet</i>	77
		Isaías Barreto da Rosa	<i>Bibliotecas digitais – o caso da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde</i>	87
		Oswaldo Monteiro Borges	<i>Avaliação da qualidade dos serviços prestados pela UniPiaget de Cabo Verde em 2002/03 e 2003/04</i>	99
		Magali F. Verissimo	<i>Orientação vocacional – Que perfil e que funções a nível do Ensino Superior?</i>	113
Maria Adriana Sousa Carvalho		<i>A Avaliação da aprendizagem na imprensa cabo-verdiana (1914/1916)</i>	125	
Edgar Ribeiro Lamas		<i>Unipiaget CV em Departamentos - Pensar a Universidade</i>	137	
extensão		Marco Ribeiro Lamas	<i>O papel da Universidade no desenvolvimento</i>	155
		Jorge Alexandre Pinto e Maria de Lurdes Silva	<i>Formação contínua de professores de Língua portuguesa – O caso de Cabo Verde</i>	167
		Leandro A. Silva Soares	<i>Redução de danos – Uma estratégia para Cabo Verde?</i>	179
		Carla Santos de Carvalho Cardoso	<i>Estudantes, Sexualidade e Prevenção: Que Atitude?</i>	185



Director Institucional	António Oliveira Cruz
Directora Científica	Estela Pinto Ribeiro Lamas
Editor	David Ribeiro Lamas
Coordenadora Executiva	Maria Luísa Lencastre
Propriedade e Edição	UniPiaget de Cabo Verde
Distribuição	<i>Campus</i> Universitário da Cidade da Praia Caixa Postal 775 Palmarejo Grande - Cidade da Praia Ilha de Santiago Cabo Verde www.unipiaget.cv Tel. +238 2609000 Fax. +238 2609020
Concepção	Fernando Baptista Mauia
Capa	Aristides Lopes da Silva
Composição Gráfica	Eduardo Conde de Almeida
Impressão	Tipave – Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.
ISSN	01/2006 Cabo Verde

Conselho Científico	António Oliveira Cruz (Instituto Piaget)
	Brian Hood (University of Sheffield)
	David Riberio Lamas (UniPiaget CV)
	Estela Ribeiro Lamas (UniPiaget CV)
	Joan Cortadellas (Universidad Politecnica de Barcelona)
	Jorge Sousa Brito (UniPiaget CV)
	José António Baptista (UniPiaget CV)
	José Manuel Toriñan (Universidad de Santiago de Compostela)
	Lourdes Montero Mesa (Universidad de Santiago de Compostela)
	Maria Isabel Martins (UniPiaget CV)
	Miguel Santos Rego (Universidad de Santiago de Compostela)
	Raul Sardinha (Instituto Piaget)
	Sónia Cláudia Sousa (UniPiaget CV)
	Wlodzimierz J. Szymaniak (UniPiaget CV)

Editorial

No quinto aniversário da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde dá-se início à publicação regular da *Contacto*, revista cuja missão é a divulgação científica no âmbito das actividades da universidade.

Ainda com um corpo de pessoal docente e investigador jovem e em formação, artigos publicados neste primeiro número atestam o dinamismo e alargado leque de áreas de intervenção da instituição.

Reunidos em três secções — Ensino, Investigação e Extensão — os artigos reflectem, na sua grande parte, o processo de construção da Universidade.

Na secção de artigos predominantemente relacionados com a actividade de ensino estão presente contributos que nos dão conta do contexto, do processo e das soluções encontradas para a constituição dos planos de estudos de cursos e programas de pós-graduação. No mesmo contexto, dá-se ainda conta de reflexões sobre alguns aspectos particulares dos cursos de graduação. Estão também presentes, nesta secção, textos que reflectem uma preocupação em perceber como conviver e usar as tecnologias de informação e de comunicação em processos de ensino e de aprendizagem.

Na secção de artigos relacionados com projectos e actividades de investigação em curso na Universidade, são essencialmente partilhadas propostas de projectos de investigação, resultados de projectos já concluídos ou em fase de conclusão e reflexões pessoais. Cerca de metade dos artigos seleccionados para este primeiro número retratam iniciativas que contribuem ou pretendem contribuir para a construção da Universidade pelo desenvolvimento de novos processos, métodos, técnicas ou ferramentas. Encontram-se também nesta secção textos interessantes que se não estão directamente relacionados com o processo de construção da instituição, são já o reflexo de uma cultura universitária multidisciplinar preocupada com o desenvolvimento humano, integral e ecológico.

Na secção de artigos afins ao processo e às actividades de extensão universitária encontram-se contributos pertinentes para a construção de uma universidade aberta à sociedade e activa na sociedade. Um par de artigos faz uma reflexão cuidada e articulada sobre a relação entre a universidade, o meio envolvente e o desenvolvimento. Outros dedicam-se a propor ou a retratar iniciativas concretas com diferentes graus de complexidade: desde a formação permanente como forma de interação com a comunidade ao realinhamento da universidade como forma de melhor se posicionar perante o seu contexto de actuação.

A Avaliação da aprendizagem na imprensa cabo-verdiana (1914/1916)

Maria Adriana Sousa Carvalho ³⁷

Pressupostos metodológicos

O sistema escolar cabo-verdiano estruturou-se num contexto de dependência e submissão política (enquanto colónia portuguesa) e congregou a sociedade das ilhas – professores, pais, cidadãos, intelectuais, homens de opinião e de poder. Sendo a imprensa “um lugar estratégico de constituição do discurso (...) e um ponto de convergência de uma multiplicidade de falas” (Imbert, 1982: 362), é uma das fontes privilegiadas para a história do ensino em Cabo Verde.

As manifestações internas da cultura escolar integravam, além das representações e práticas educativas, o currículo e a avaliação da aprendizagem. A avaliação sempre esteve presente no quotidiano escolar, “pois permite conhecer a situação do educando nas diversas fases da sua evolução cognitiva e fundamentar juízos de valor decisivos não só para a melhoria da sua aprendizagem como também para a valorização das experiências educativas futuras” (Valadares & Graça, 1998: 12).

Nos primórdios do século XX, nos Estados Unidos da América e na Europa dava-se uma especial atenção à organização e eficiência dos sistemas educacionais, o que conduziu “à elaboração de testes objectivos e normalizados, na tentativa de racionalizar a avaliação das capacidades humanas” (idem). Neste contexto, avaliar significava medir os produtos da aprendizagem, mediante a ordenação e quantificação dos conhecimentos dos alunos. A expressão numérica desta ordenação determinava a promoção ou a retenção dos alunos num determinado ano, grau ou nível escolar e condicionava-lhes o futuro.

Nos anos de 1914 a 1916, arco temporal deste estudo, em Cabo Verde, prevalecia esta concepção de avaliação. Importa, porém, perceber qual o impacto da avaliação e dos exames, corolário do processo de «medição dos saberes», na cultura escolar cabo-verdiana e na opinião pública das ilhas.

³⁷ Assistente da UniPiaget, desempenha funções de Pró-Reitora para o Desenvolvimento Académico e Curricular; Licenciada em História, Mestre em Ciências da Educação, especialidade em *História da Educação*, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e em *Educação e Desenvolvimento Humano*, programa ao abrigo de um protocolo entre a UniPiaget e a Universidade de Santiago de Compostela. Continua, neste momento, os seus estudos de doutoramento, dando continuidade ao mestrado realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

A imprensa periódica, editada na *província* de Cabo Verde, concedeu espaço a notícias e a artigos de opinião sobre o ensino e a educação, permitindo-nos aceder à modelação do sistema de ensino e ao quotidiano escolar, que incluía práticas avaliativas. Para uma melhor intelecção desta problemática, optámos pela análise de conteúdo de artigos de jornais dedicados à avaliação da aprendizagem, dado que esta metodologia empírica “destina [-se] a produzir uma explicação objectiva, mensurável, verificável do conteúdo manifesto das mensagens” (Fiske, 1999: 182). As mensagens analisadas foram identificadas nos jornais:

A Voz de Cabo Verde (VCV), de 1911 a 1919: Semanário impresso e composto na Imprensa Nacional de Cabo Verde, na cidade da Praia e propriedade da empresa com o mesmo nome. Foi dirigido por Gustavo Carlos da Fonseca e teve como administrador Abílio Monteiro de Macedo e como editor, João Maria Parreira. O poeta Eugénio Tavares foi redactor durante os primeiros anos. Era um jornal defensor do ideário do regime republicano. (BN, 51cm, RES1901A, microfilme);

O Futuro de Cabo Verde (FCV), de 1913 a 1916: Nascido, em Maio de 1913, na cidade da Praia, foi dirigido por José de Sacramento Monteiro, secretário da Câmara Municipal. A edição e a administração do jornal eram acumuladas por Sebastião M. Moreira, director da Imprensa Nacional, onde o periódico era composto. Era um jornal afecto ao governo provincial, composto em papel de boa qualidade e com excelentes fotografias. (BN, 52 cm, J. 1945 G).

Para a análise de conteúdo estabelecemos categorias conceptuais, que correspondem à nossa percepção das mensagens lidas e interpretadas. Adoptámos a categorização (com adaptações) estabelecida na obra *Caderno de Estudos Mediáticos II*, organizado por Jorge Pedro Sousa (2000: 148-149):

- Peças essencialmente documentais (fornecem informações sobre os resultados da avaliação da aprendizagem);
- Peças essencialmente analíticas (analisam o processo e o contexto da avaliação);
- Peças essencialmente opinativas (emitem um juízo de valor sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos).

De acordo com esta classificação distribuímos as peças analisadas pelos seguintes géneros jornalísticos: notícias, reportagens e artigos de opinião. Criamos um *ítem* para a inserção de textos de “destaque ocasional”. Com base no protagonismo dos actores envolvidos no processo educativo, organizámos as peças segundo os agentes das notícias – professores, pais e alunos. Além das fontes identificadas, consideramos a produção dos jornais e as fontes subentendidas. Para termos uma ideia da representatividade das temáticas em análise, na imprensa, anotámos o número das páginas que acolhiam as peças sobre a avaliação e procedemos a uma análise morfológica, através da medição da superfície ocupada pelos artigos sobre a

avaliação (em cm2). Registámos ainda a calendarização das publicações das peças dedicadas à avaliação dos alunos das escolas primárias cabo-verdianas.

O contexto educativo

A instrução compreendia o ensino primário elementar, com a duração de quatro anos (1.º e 2.º graus), o ensino complementar e o ensino secundário, de natureza confessional, ministrado no Seminário-Liceu na ilha de S. Nicolau. Esta prestigiada instituição tinha a «morte anunciada», devido ao espírito anti-clerical dos republicanos, que provocou a extinção das ordens e das escolas religiosas³⁸. No campo do ensino profissional existia uma Escola de Pilotagem na ilha de S. Vicente. Não obstante, o ensino em Cabo Verde resultar da transposição da legislação educativa portuguesa (da *metrópole*), a situação da instrução no arquipélago, em meados da década de dez, não reflectia a reforma educativa ocorrida em Portugal no ano de 1911³⁹. O impacto desta legislação só seria sentido, na colónia, seis anos depois (1917⁴⁰). A organização curricular do ensino primário elementar apresenta-se no quadro 1.

Quadro 1 – Currículo do Ensino
ÁREAS DISCIPLINARES

1.º grau 2.ª classe	3.ª classe	2.º grau 4.º classe
Leitura Escrita	Leitura Escrita Rudimentos de Agricultura Prática	Leitura e Exercícios de Língua Portuguesa Escrita Rudimentos de Ciências
Aritmética Sistema Métrico	Aritmética Sistema Métrico	Naturais, aplicáveis à Agricultura e Hygiene Aritmética Sistema Métrico
Desenho	Desenho	Geometria Prática Elementar Desenho Corografia
Trabalho de Agulha e Lavores Ginastica	Moral Trabalho de Agulha e Lavores Ginastica	História Pátria Primeiras Noções de Educação Cívica Ginastica

Primário Elementar (1915)

Fonte: Portaria n.º 264, 29-10-1915. *Boletim Oficial* (Supl.) n.º 15-45, 06-11-1915.

³⁸ O Seminário foi de facto extinto em 1917, ano da criação de um liceu laico na cidade de Mindelo, ilha de S. Vicente.

³⁹ Foi a primeira reforma educativa após a instauração do regime republicano em Portugal, legitimada pelo Decreto de 29 de Março de 1911, *Diário do Governo*, n.º 73, 30-03-1911.

⁴⁰ Plano Orgânico da Instrução Pública da Província de Cabo Verde que absorveu os princípios da reforma de 1911. Decreto n.º 3.435, de 8 de Outubro de 1917, *Boletim Oficial* (Supl.) n.º 18-43, 30-10-1917, pp. 1-4.

A taxa de analfabetismo era elevada, embora com tendência recessiva, conforme os dados do quadro *infra*.

Quadro 2 – O analfabetismo em Cabo Verde (1914 a 1916)

Situação do (an)alfabetismo	1914-1915		1915-1916	
	Total	%	Total	%
Sabem ler e escrever	25.864	17,2	32.124	20,6
Sabem ler	2.050	1,4	3.136	2,0
Analfabetos	121.879	81,4	120.862	77,4
Alfabetos	27.914	18,6	35.278	22,6

Fonte: Estatística Geral da Província de Cabo Verde, 1916.

No ano lectivo de 1914-1915, as escolas primárias eram frequentadas por 6.911 alunos (5.365 do sexo masculino; 1.546, do sexo feminino), tendo-se registado, no ano seguinte, uma frequência escolar de 6.630 alunos (4.926 do sexo masculino; 1.704, do sexo feminino). A percentagem de meninas na escola era baixa (1914-15: 22,3; 1915-16: 25,7), o que revela uma cultura de género discriminatória. O absentismo era elevado – muitas crianças faltavam à escola para se dedicarem aos trabalhos domésticos ou agrícolas – como se depreende do peso de alunos com frequência irregular.

Quadro 3 – A frequência irregular no ensino primário em Cabo Verde (1914 a 1916)

Tipo de frequência	1914-1915	1915-1916
Frequência irregular	2.873 (41,6%)	3.461 (52,2%)
Total	6.911	6.630

Fonte: Estatística Geral da Província de Cabo Verde, 1916.

A rede escolar era constituída por escolas oficiais, municipais, particulares e por uma escola religiosa (Irmandade do Santíssimo, na ilha de S. Nicolau). Predominavam as escolas públicas oficiais (média: 46,5%) e da iniciativa das Câmaras Municipais (média: 48,5%). O número de escolas particulares era pouco significativo (média: 3,3%) e com tendência decrescente.

Quadro 4 – A rede escolar primária (1914 a 1916)

Tipo de escolas	1914-1915		1915-1916	
	Total	%	Total	%
Escolas oficiais	3.291	47,6	2.974	44,9
Escolas municipais	3.208	46,4	3.358	50,6
Irmandade	138	2,0	130	2,0
Escolas particulares	274	4,0	168	2,5

Fonte: Estatística Geral da Província de Cabo Verde, 1916.

Para ultimar o retrato da instrução cabo-verdiana, resumimos os resultados dos exames da instrução primária nos anos de 1915 e 1916:

Quadro 5 – Os resultados dos exames de instrução primária (% reprovações) (1914 a 1916)

Reprovações no ensino básico elementar	1915		1916	
	Total	%	Total	%
Alunos (sexo masculino)	523	7,5	588	9,2
Alunas (sexo feminino)	140	2,1	118	0,8

Fonte: Estatística Geral da Província de Cabo Verde, 1916.

A atender aos resultados dos exames de instrução primária, as meninas tinham maior sucesso escolar.

Análise de conteúdo das peças jornalísticas

No período considerado, de 1914 a 1916, identificamos um total de 31 peças jornalísticas com matéria relativa à avaliação dos alunos do ensino primário, sendo 24 no jornal *O Futuro de Cabo Verde* e sete no jornal *A Voz de Cabo Verde*.

A publicação dos artigos era sazonal, considerando que a maioria das peças se reporta à época dos exames (aplicação das provas escritas e orais e divulgação das classificações), nos meses de Agosto e Setembro (*O Futuro de Cabo Verde*: 75% dos artigos; *A Voz de Cabo Verde*: 71,4%). No ano de 1915, não identificamos, na *Voz de Cabo Verde*, nenhuma peça sobre a avaliação, o que poderá estar relacionado com o facto do periódico ter sido suspenso entre Janeiro e Outubro.

Quadro 6 – Número de artigos sobre avaliação, na imprensa (espaço ocupado em cm²) (1914-1916)

Órgão jornalístico	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
N.º total de peças sobre a avaliação da aprendizagem e % em relação à totalidade de peças sobre a educação	24 (12,3 %) ⁴¹	7 (11,7 %) ⁴²
Espaço total ocupado por informação sobre a avaliação da aprendizagem (cm ²) ⁴³	1.655,5 (9,9 %)	1.695 (27,7 %)

As peças jornalísticas sobre a avaliação – concentradas na época dos exames -, tinham um peso de 12% em relação aos artigos dedicados a temas educacionais e culturais (FCV: 12,3 %; VCV: 11,7 %). O facto de um artigo sobre «a avaliação da aprendizagem» ter merecido honras de primeira página (um editorial no jornal *O Futuro de Cabo Verde*⁴⁴), demonstra a importância relativa desta temática específica

⁴¹ Número total de peças sobre a educação = 195

⁴² Número total de peças sobre a educação = 46

⁴³ A percentagem do espaço que ocupam (cm²) foi calculada em relação ao espaço ocupado pelas páginas, onde identificamos os artigos sobre esta temática: *O Futuro de Cabo Verde* – 16.625 cm²; *A Voz de Cabo Verde* – 6.125 cm².

⁴⁴ *O Futuro de Cabo Verde*, n.º 115, 08-07-1915.

da instrução cabo-verdiana (FCV: pág. 2 – 41,7 %, pág. 3 – 54,2 %; VCV: pág. 2 – 14,3 %, pág. 3 – 85,7 %).

O espaço ocupado pelas peças dedicadas à *avaliação* permite-nos corroborar a constatação da relevância deste tema, particularmente na «época de exames» e o seu impacto junto da comunidade local. A maior cobertura concedida ao assunto pelo jornal *A Voz de Cabo Verde* (27,7%) pode ser explicada pela prevalência de artigos analíticos e opinativos, mais extensos do que as notícias das classificações finais dos alunos (meras listagens de nomes e notas), frequentes no jornal *O Futuro de Cabo Verde* (com uma taxa de cobertura de 9,9%).

Quadro 7 – Tipo de peças sobre a avaliação, na imprensa (espaço ocupado em cm²) (1914-1916)

Tipo de peças	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
Peças essencialmente documentais	725,5 (43,8 %)	280 (16,5 %)
Peças essencialmente analíticas	255 (15,4 %)	1.005 (59,3 %)
Peças essencialmente opinativas	675 (40,8 %)	410 (24,2%)

Quadro 8 – Género das peças sobre a avaliação da aprendizagem, na imprensa (espaço ocupado em cm²) (1914-1916)

Género jornalístico	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
Notícia	725,5 (43,8 %)	280 (16,5 %)
Reportagem	255 (15,4 %)	1005 (59,3%)
Artigo de opinião	645 (39,0 %)	410 (24,2%)
Texto de destaque ocasional	30 (1,8 %)	0 (0,0%)

Como se documenta no quadro 8, o jornal *O Futuro de Cabo Verde* prefere a descrição (notícias: 43,8%), enquanto que *A Voz de Cabo Verde* é mais reflexivo, com uma percentagem significativa de reportagens (59,3) e artigos de opinião (24,4%). Uma peça, que não se inscreve em nenhum dos géneros jornalísticos considerados, foi classificada como «texto de destaque ocasional».

Quais os protagonistas das notícias e dos artigos opinativos e analíticos? A quem diziam respeito?

Quadro 9 – Os protagonistas dos artigos relativos à avaliação, na imprensa (espaço ocupado em cm2) (1914-1916)

Protagonista	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
Professores	895,5 (54,2 %)	1.345 (79,4 %)
Pais	12,5 (0,8 %)	0 (0,0 %)
Alunos	745,5 (45 %)	350 ⁴⁵ (20,6 %)

Conforme se sintetiza no quadro anterior, os protagonistas mais presentes, na imprensa periódica, eram os professores (54,2%), que mantiveram uma actividade jornalística regular, tendo participado com textos de reflexão pedagógica, muito críticos em relação às disposições do poder provincial, caixa de ressonância da administração central, em Lisboa.

Alguns artigos debruçavam-se sobre duas situações controversas da actividade docente: a proibição da presença do professor no júri dos exames dos seus alunos e as gratificações auferidas por cada aluno aprovado.

O Conselho Inspector, não aceitando a proposta da Junta Local, teria em mira querer arredar do júri dos exames os professores primários? O certo é que, desde muito, em conciliábulos sibusteiros, se pretende denegrir a reputação honrada dos professores, propalando que nos exames são de uma excessiva benevolência, que chega a ser criminosa, porque nas aprovações em barda que distribuem, tem em mira, exclusivamente, as gratificações que as Câmaras Municipais lhes concedem. Corre esse boato, e dele se fazem óco, infelizmente, pessoas reconhecidas como ponderadas.

A verdade, porém, a nosso ver, é que o professor aprova porque entende que deve aprovar, sem prejudicar o ensino e lesar o Estado, e, quando no seu juízo ele não procedesse com uma absoluta isenção moral, o presidente do júri tem o dever de intervir não só no acto do exame, como junto do Conselho Inspector, expondo o modo porque os exames correm. Esta é a boa norma.

O *conluio*, que se pretende ver entre os professores para a *exploração* das gratificações camarárias, não subsiste perante a exposição da verdade. Se o *acôrdo* existisse, de antemão seria indicado o número de alunos que seriam aprovados por cada escola, de forma a que a gratificação fôsse justamente o que deve ser; mas o certo é que essa gratificação *rarissimas* vezes atinge 3% por cada aluno aprovado, pois o número é muito maior, e o *rateio* é, por conseguinte, *menor* do que a quantia estipulada. Deste facto se pôde inferir, que a existência da gratificação para o efeito de supostos *conluios*, não é motivo de desfalecimento no ensino por parte do professorado. Ele sabe cumprir o seu dever; e é lhe doloroso ver como ao seu ensino, à sua tenacidade e à sua honradez se procura lançar o manto da ganância, que ele não merece.

Confiamos em que o Conselho Inspector lhes fará a devida justiça.

Figura 1. Júri de exames e o professorado, *O Futuro de Cabo Verde*, n.º 115, 08-07-1915

Os pais vinham manifestar, publicamente, um valor – actualmente esquecido no mundo educativo – a gratidão:

Agradecimento

José Rodrigues Mascarenhas vem por este meio testemunhar os seus sentimentos de gratidão à ex.^{ma} sr.^a D. Margarida Gomes Correia, digníssima professora municipal da freguesia de S. Lourenço dos Órgãos, pela maneira desinteressada como se dignou tratar e leccionar sua filha Palmira, na qualidade de sua aluna interna, pois que em tão curto espaço de tempo se desenvolveu consideravelmente, tendo ficado distinta no seu primeiro exame ultimamente realizado na Praia, de que obteve 16 valores. E sumamente reconhecido vem em público patentear a sua gratidão.

Também estou altamente reconhecido ao ex.^{mo} sr. Francisco Carvalho pelo empenho e boa vontade com que leccionou seus filhos Manuel e Frederico, durante nove meses, habilitando-os ao exame, de que ficaram aprovados, vem em público reconhecidamente patentear por este meio a sua eterna gratidão.

Achada do Mato, 28 de Agosto de 1914.

José Rodrigues Mascarenhas,

Figura 2. “Agradecimento”, *O Futuro de Cabo Verde*, n.º 71, 03-09-1914

A participação identificada dos pais era mínima (0,8%), embora se admita a sua presença em notícias não assinadas, que classificamos como fonte subentendidas (ver quadro 10), algumas com referência a alunos distintos (filhos ou familiares).

Alunos distintos

Fez exame de instrução primária, 1.^o grau, o menino Aristides de Rezende Nunes de Aguiar, que ainda não tem 9 anos de idade e é filho do nosso amigo sr. António Nunes de Aguiar. Foi aprovado com 16 valores (distinção), pelo que felicitamos pai e filho.

*

Fez também exame de 2.^o grau, ficando distinto (16 valores), o sr. José Rezende Carneiro, sobrinho da esposa daquele nosso amigo. Parabens.

Figura 3. Alunos distintos, *O Futuro de Cabo Verde*, n.º 123, 02-09-1915

A maioria das fontes identificadas, no jornal *A Voz de Cabo Verde*, pertencem à classe docente, enquanto no jornal *O Futuro de Cabo Verde* predominava a produção dos jornalistas e correspondentes do jornal (64,8 %). Os textos que noticiavam os «alunos distintos» não são assinados, mas, podemos subentender que sejam oriundos de familiares dos estudantes ou de pessoas do mesmo meio social. Este indicador indicia as desigualdades sociais prevalecentes e, ao mesmo tempo, a relevância social da instrução e o prestígio que o sucesso educativo tinha no meio social.

Quadro 10 – Autoria das peças sobre a avaliação da aprendizagem, na imprensa (espaço ocupado em cm²) (1914-1916)

Órgão jornalístico	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
Fontes identificadas:		
- Professores	402,5 (24,3 %)	1005 (63,4 %)
- Pais	30 (1,8 %)	0 (0,0 %)
- Outros cidadãos	50 (3,0 %)	300 (13,6 %)
Fontes subentendidas	100	0
- Professores	(6,0 %)	(0,0 %)
Produção própria do jornal	1073 (64,8 %)	390 (23,0 %)

Os jornais davam destaque considerável a assuntos relacionados com a actividade e a carreira docentes (FCV – 28,7 %; VCV – 48,1 %). *O Futuro de Cabo Verde* concedia maior importância a notícias relacionadas a valoração quantitativa e qualitativa das provas de exame (45%). A articulação entre os programas escolares e os exames, bem como a arquitectura dos mesmos, merecia a atenção da imprensa (FCV – 24,4 %; VCV – 35,4 %), conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 11 – Conteúdo das peças sobre a avaliação na imprensa (espaço ocupado em cm²)
(1914-1916)

Órgão jornalístico	O Futuro de Cabo Verde	A Voz de Cabo Verde
Alunos:		
- Classificações dos exames	645,5 (39,0 %)	280 (16,5 %)
- Distinção nos exames	100 (6,0 %)	0 (0,0 %)
Professores:		
- Má preparação dos alunos para os exames	50 (3,0 %)	0 (0,0 %)
- Elogio dos professores pelo desempenho dos alunos	127,5 (7,7 %)	110 (6,5 %)
- Composição dos júris dos exames e a idoneidade dos professores	212,5 (12,8 %)	635 (37,5 %)
- Gratificação dos professores pelos alunos com sucesso nos exames	87,5 (5,3 %)	70 (4,1 %)
Pais:		
Agradecimento pelos resultados dos filhos nos exames	30 (1,8 %)	0 (0,0 %)
Organização:		
- Falta de programas de ensino	385 (23,3 %)	600 (35,4 %)
- Condições para a realização dos exames	17,5 (1,1 %)	0 (0,0 %)

O protagonismo dos docentes pode ser explicado, não só pelo estatuto social conquistado, mas também, pela acção de destacados professores-jornalistas (muitos dos colaboradores e correspondentes dos jornais eram professores primários) com uma presença forte na intelectualidade do arquipélago.

A presença dos alunos – os actores «principais» do sistema educacional – é indirecta (peso de 45%), evidenciada nos resultados numéricos dos exames e em distinções, que reflectem as desigualdades sociais. O aluno, em si, com o estatuto de pessoa e como centro do sistema não aparece.

Conclusão

Ao terminar este artigo, destacamos as principais conclusões da análise das peças jornalísticas sobre a avaliação dos alunos do ensino primário elementar:

- O espaço ocupado, pelas peças jornalísticas sobre a avaliação da aprendizagem em jornais generalistas, é significativo e reflecte o interesse dos jornalistas e leitores (cidadãos cabo-verdianos) pelo processo de construção de um sistema educacional, que se pretendia adaptado às necessidades das «gentes das ilhas».

- A opinião pública envolvia-se no processo educativo, através da informação, da crítica, da análise, do exercício reflexivo, da ironia e muitas vezes, de descontentamento.
- O foco da imprensa incidia nos professores, o que demonstra o prestígio da classe, a autoridade e a liderança que exercia junto das populações, em particular, as rurais.
- A situação da classe docente estava na ordem do dia: salários baixos, desempenho profissional, espírito de missão, dedicação; mas também, baixa qualificação, laxismo, conivência com o poder (político e económico).
- As imagens do professor cabo-verdiano construídas pela imprensa, oscilavam entre duas dimensões antinómicas: de um lado, acusações de incompetência e “má preparação dos alunos”, culpabilidade “pelos maus resultados dos alunos”, desconfiança em relação à isenção e probidade profissionais, a venalidade e, no outro extremo, o elogio pela entrega, o amor à causa, o sacrifício, a “boa preparação dos alunos”, a idoneidade e a ética.
- A cronologia dos artigos (mais de 70 % das peças eram produzidas em Agosto/ Setembro) denota o relevo dado aos exames e ao aparato que os envolvia.
- O formalismo do acto do exame e os rituais (cénicos) que o enformavam conferiam-lhe uma «dignidade» que atraía os jornalistas e os leitores.
- Tal como a ponta de um iceberg, a imprensa desvendava apenas o exame, ficando submersa a imensidão do processo pedagógico.
- O que atraía a opinião pública era o final «feliz» em caso de sucesso – se o aluno fosse de «boas famílias» merecia notícia de destaque – ou o final «infeliz», em caso de reprovação.
- No acto do exame, a visibilidade recaía na epílogo – os resultados, a expressão numérica do desempenho dos alunos (e dos professores), escamoteando-se o processo organizativo, que só tinha estatuto de notícia, quando envolvia conflitos e polémica (como no caso da composição dos júris de exame), que captava a atenção da opinião pública.

Referências bibliográficas

- Imbert, Gerard (1982). *Strategies discursives et nom-dits dans le discours de l'apresse: a propos de El Pais*. Paris, Mélanges de la Casa de Velasquez: XVII-1.
- Machado, Fernando Augusto & Gonçalves, Maria Fernanda M. (1991). *Currículo e Desenvolvimento Curricular: Problemas e perspectivas*. Porto: Edições ASA.
- Maia, M. M., Pinto R., Ponce de Leão, I., Rei, J. e Szymaniak W. J. (2000). *Dicionário de Ciências da Educação*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, João Nobre de (1998). *A imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação Macau.

Sousa, Jorge Pedro (2000). *Cadernos de Estudos Mediáticos II*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Valadares, Jorge & Graça, Margarida (1998). *Avaliando ... para melhor a aprendizagem*. Lisboa: Plátano Editora.

JORNAIS

A Voz de Cabo Verde: semanario democratico dedicado aos interesses da provincia de Cabo Verde, Praia, 1914 e 1916.

O Futuro de Cabo Verde, semanario independente, defensor dos interesses do arquipelago. Praia, 1914 – 1916.

LEGISLAÇÃO

Portaria n.º 264/15. *Boletim Oficial* (Supl.) n.º 15 – 45, 6 de Novembro de 1917.

Decreto de 29 de Março de 1911. *Diário do Governo* n.º 73, 30 de Março de 1911.

Decreto n.º 3.435/17. *Boletim Oficial* (Supl.) n.º 18 – 43, 30 de Outubro de 1917.